

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Data: 27 de Maio de 2026.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis (25/05/2026), no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à Avenida Juscelino Kubitschek, nº 2896, Londrina – PR, foi realizada reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, deu-se início à reunião às treze horas e quarenta minutos (13h40). Estiveram presentes os seguintes conselheiros e participantes: Cláudio Márcio de Melo, Amanda Boza Gonçalves, Elisangela Silva de Araujo, Ana Maria Nascimento, Ana Cristina Gois Fuentes, Adriana da Cruz Barrozo, Josiani Severino dos Santos Nogueira, Gleycielle Tamires Kawana dos Santos, Simielle Borges Belisário, Roseli Rodrigues de Souza, Cassia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos Santos Coronato, Aline Índio do Brasil, Danielle Godoi A. Rodrigues, Isabela de Barros Vilas Boas, Neverton Noia da Silva, Andressa Prudêncio da Silva, Ana Beatriz S. Pimentel, Daniel Soares da Silva, Fabrícia Laís Pigiani, Vanderley Pires, Pamela Rachel Gonçalves Alves, Rita de Cássia Lemos Barboza, Luygy Fernando Campos da Silva, Juraci Raitz Mendes, Carlos da Silva, Cleide Oberle. Também estiveram presentes os participantes convidados: Lara dos Santos, Vagner Yanato, Mauro J. Costa, Roselida Silva Marques, Edilaine Soares, Renato Dias, Caroline T. Sakakura, Debora Campos, Júlia A. Campos, Valéria Espinosa, Maria Isabel da Silva Alves, Jeniffer L. Paim, Alice Fernandes, Ednadi F. P. Biliatto, Carla Regiane da Silva Campos, Tayna Fernandes Rui, Juliana Izabela G. P. de Silva, Débora Campos Pereira, João Marcos Machuca de Lima, Solange Ap. de Oliveira, Isabel Cristina Garcia M. Patrocino, Priscila P. Brazão, Valéria Espinosa, Michele B. Albuquerque e Lorayne Correia D'Ávila. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, saudando e dando boas-vindas a todos os presentes, presidente Josiani Nogueira, deu início à reunião às 13 horas e 45 minutos. Josiani apresentou a pauta para apreciação da plenária. Na ocasião, a Presidente informou a necessidade de retirada do item referente à recomposição da Mesa Diretora, considerando que não houve articulação prévia suficiente para subsidiar a discussão e deliberação do tema. Em seguida, os conselheiros solicitaram a inversão de alguns pontos da pauta, propondo que o relato da Missão Londrina fosse incluído entre os primeiros itens da reunião, em razão da relevância do tema para o colegiado. Após discussão, a plenária aprovou, por unanimidade, a seguinte ordem de pauta: 1- Apresentação e aprovação da pauta; 2-

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

29 Apresentação e deliberação sobre Emenda Parlamentar;3- Relato da Missão Londrina; 4-
30 Apresentação e deliberação sobre aditivo da Proteção Social Especial -Serviço de Acolhimento
31 Adulto – SOS; 5- Apresentação e deliberação sobre a Prestação de Contas do Fundo Municipal
32 de Assistência Social – FMAS, referente ao 1º Quadrimestre de 2026; 6-Apresentação e
33 deliberação sobre as análises dos Planos de Ação e dos Relatórios de Atividades, visando à
34 manutenção das inscrições das entidades e organizações no CMAS. Não havendo manifestações
35 contrárias, a pauta, com as alterações propostas, foi colocada em votação e aprovada pela
36 plenária. Logo após, avançou-se para o ponto 2-Apresentação e deliberação sobre Emenda
37 Parlamentar, Samia, representante da Gerência de Informação, resgatou que, na plenária anterior,
38 o Conselho deliberou favoravelmente ao repasse de Emendas Parlamentares no valor de R\$
39 97.000,00 (noventa e sete mil reais), sem contrapartida do Município, para as seguintes
40 Organizações da Sociedade Civil: Centro de Convivência Pestalozzi e Centro de Educação
41 Infantil Irmãs de Betânia – Pastoral de Nazaré. Informou, contudo, que, conforme orientações
42 repassadas pelos respectivos parlamentares, não é permitido o repasse de recursos em valor
43 inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por meio dessas emendas, o que inviabiliza a
44 formalização dos repasses anteriormente deliberados. Diante dessa situação, foi solicitada a
45 revogação das resoluções que aprovaram os referidos repasses, bem como a deliberação para que
46 os recursos sejam destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social -FMAS, observadas as
47 normativas e procedimentos aplicáveis. Após apresentação e esclarecimentos, o assunto foi
48 submetido à apreciação e deliberação da plenária, sendo provada. 3- Relato da Missão Londrina:
49 Josiani apresentou relato, informando que foram discutidos aspectos relacionados à visita e à
50 agenda do Conselho Nacional, bem como as articulações referentes às demandas da população
51 em situação de rua e à política de assistência social no município. Inicialmente, relatou que houve
52 dificuldades de comunicação e alinhamento entre os participantes envolvidos na organização das
53 atividades. Destacou que, em reuniões anteriores, havia sido pactuada uma divisão de
54 responsabilidades entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de
55 Assistência Social, porém, ao longo do processo, ocorreram alterações que geraram desencontros
56 e dúvidas quanto aos encaminhamentos previamente definidos. Na sequência, foi resgatado o
57 histórico das discussões iniciadas em reunião on-line com representantes do movimento social,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

58 do Conselho e demais participantes, ocasião em que foram apresentados questionamentos
59 relacionados aos cortes orçamentários, à repressão policial, ao contingenciamento de recursos e
60 às condições enfrentadas pela população em situação de rua. Os conselheiros e participantes
61 manifestaram preocupação com a condução do processo, apontando falhas de agenda e
62 comunicação por parte dos organizadores da missão. Foi ressaltado que diversos movimentos,
63 reuniões e articulações ocorreram junto ao Ministério Público, Prefeitura e Secretarias
64 Municipais, sem que houvesse retorno efetivo por parte de algumas instâncias envolvidas. Na
65 sequência, foram apresentados os detalhes da programação atualizada da missão em pauta.
66 Informou-se que, diante da falta de mobilização prévia suficiente, foram realizadas ações
67 emergenciais de divulgação junto aos serviços de acolhimento, Centro POP e demais espaços
68 frequentados pela população em situação de rua, visando ampliar a participação na audiência
69 pública prevista para o dia seguinte. Os participantes discutiram a necessidade de mobilizar
70 trabalhadores, coordenações, usuários e representantes dos serviços socioassistenciais para
71 participação na audiência, observando, entretanto, a necessidade de manter o funcionamento
72 regular dos equipamentos e serviços, sem prejuízo ao atendimento da população. Foi ressaltado
73 que as coordenações dos serviços já haviam sido orientadas quanto à importância da participação
74 e que algumas agendas foram reorganizadas para possibilitar a presença de representantes.
75 Contudo, registrou-se que o curto prazo para organização dificultou uma mobilização mais
76 ampla. A secretária executiva, destacou a importância de compreender que a missão foi
77 motivada especificamente por denúncias relacionadas à população em situação de rua, sendo esse
78 o foco principal das atividades de fiscalização e escuta. Ainda assim, diversos conselheiros
79 enfatizaram a necessidade de aproveitar a oportunidade para evidenciar os impactos mais amplos
80 dos cortes e das fragilidades da política de assistência social no município. Foi informado que,
81 além da audiência pública, estão previstas reuniões com órgãos de defesa de direitos, visitas
82 técnicas aos serviços e reunião específica com a Secretaria Municipal, ocasião em que serão
83 apresentados os apontamentos e demandas identificados durante a missão. Na continuidade do
84 relato, foram discutidas questões relacionadas ao financiamento da política de assistência social
85 e à necessidade de ampliação dos investimentos por parte do Governo Federal. Os participantes
86 destacaram a importância do fortalecimento do cofinanciamento dos serviços, programas,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

87 projetos e benefícios socioassistenciais, considerando o aumento das demandas apresentadas pela
88 população. Também foi levantada a questão da inexistência de um Plano Municipal para a
89 População em Situação de Rua no município de Londrina. Nesse contexto, ressaltou-se a
90 necessidade de elaboração e implementação desse instrumento, bem como do fortalecimento da
91 articulação entre as diversas políticas públicas envolvidas na temática. Foi informado que está
92 prevista a coordenação de um processo intersetorial, envolvendo diferentes secretarias e órgãos,
93 com vistas à construção e execução do referido plano. Diante disso, foi deliberada a elaboração
94 de documento a ser encaminhado à Secretaria Nacional de Assistência Social e ao Conselho
95 Nacional de Assistência Social, contendo o histórico das demandas apresentadas, das denúncias
96 realizadas e das solicitações de ampliação dos investimentos destinados à política de assistência
97 social. Ficou definido que o documento será elaborado com base nos materiais já produzidos pelo
98 CMAS, incluindo ofícios, manifestações e demais expedientes encaminhados anteriormente,
99 contemplando ainda os apontamentos que não obtiveram resposta por parte das instâncias
100 estadual e nacional. Por fim, deliberou-se que a secretaria executiva do CMAS elaborará um
101 documento consolidado, reunindo as demandas, denúncias e reivindicações relacionadas à
102 política de assistência social, bem como os registros dos impactos decorrentes da redução de
103 recursos destinados ao setor. O documento contemplará o histórico das manifestações e
104 encaminhamentos realizados pelo Conselho, e informações sobre o financiamento da política no
105 município, destacando que aproximadamente 98% dos recursos utilizados para sua manutenção
106 são provenientes do orçamento municipal. O material será entregue durante a reunião com
107 representantes do Conselho Nacional de Assistência Social, com o objetivo de subsidiar o debate
108 acerca do fortalecimento da política de assistência social e da ampliação do cofinanciamento
109 pelas demais esferas de governo. Na sequência o Secretário Municipal de Assistência Social
110 informou aos conselheiros que articulou e mediu agenda com o Prefeito Municipal, agendada
111 para o dia 18 de junho de 2026, às 16h, com o objetivo de discutir demandas prioritárias
112 relacionadas à política municipal de assistência social. Durante sua manifestação, destacou os
113 impactos negativos decorrentes da redução do orçamento destinado à assistência social. Salientou
114 que a insuficiência de recursos compromete a capacidade de atendimento da rede
115 socioassistencial, afeta a execução das ações planejadas e dificulta o atendimento das crescentes

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

116 demandas da população em situação de vulnerabilidade social. O Secretário enfatizou a
117 importância da reunião com o Prefeito como espaço estratégico para apresentação dessas
118 questões e para a busca de alternativas que garantam a sustentabilidade da política pública de
119 assistência social no Município. Nesse sentido, solicitou ao Conselho Municipal de Assistência
120 Social -CMAS a elaboração de material técnico consolidado, contendo de forma objetiva os
121 principais impactos do corte orçamentário, bem como as demais demandas e reivindicações a
122 serem apresentadas durante a reunião, subsidiando as discussões e os encaminhamentos.
123 Encerrado o ponto 3, deu-se início ao ponto 4-Apresentação e deliberação sobre aditivo da
124 Proteção Social Especial -Serviço de Acolhimento Adulto – SOS. July Anne, da diretoria da
125 Proteção Social Especial, apresentou a proposta de remanejamento orçamentário voltada ao
126 atendimento da população em situação de rua. Foi informado que, em razão dos cortes
127 orçamentários ocorridos no ano anterior, deixaram de ser ofertadas 15 vagas diárias destinadas a
128 serviços de higiene, alimentação e acolhimento para pessoas em situação de rua. Diante da atual
129 conjuntura, a Secretaria propôs a retomada parcial do atendimento, com a oferta de seis vagas
130 diárias. A proposta foi viabilizada mediante remanejamento de recursos oriundos do
131 financiamento estadual do Serviço de Abordagem Social e da Casa de Passagem, possibilitando
132 a liberação de recursos municipais para a execução da nova ação. Também foi considerado o
133 fechamento temporário do Restaurante Popular para reforma, situação que impacta diretamente
134 o atendimento dessa população. Foi esclarecido que o valor total disponível para a execução da
135 proposta é de R\$ 85.000,00 para o exercício de 2026. Deste montante, R\$ 64.800,00 serão
136 destinados à oferta de higiene pessoal, alimentação e acolhimento até o final do ano. Os
137 atendimentos serão realizados em articulação com os serviços de acolhimento e com a equipe de
138 abordagem social, especialmente nos finais de semana, quando o Centro POP permanece
139 fechado. Informou ainda a intenção de reservar R\$ 20.200,00 para a Operação Noite Fria,
140 visando ampliar a oferta de vagas de pernoite durante os períodos de baixas temperaturas. Foi
141 destacado que há previsão de inverno mais rigoroso neste ano, tornando necessária a ampliação
142 da capacidade de atendimento emergencial. Durante os debates, foram apresentados
143 questionamentos acerca do público que será contemplado pela proposta e sobre os impactos do
144 fechamento temporário do Restaurante Popular. Foi esclarecido que o atendimento proposto

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

destina-se especificamente às pessoas em situação de rua já acompanhadas pela rede socioassistencial e que, após a conclusão da reforma, o Restaurante Popular retomará normalmente suas atividades e o atendimento desse público. Josiani solicitou parecer da comissão de fundo, que se manifestou favorável ao aditivo. Não havendo mais esclarecimentos a serem prestados, a proposta de remanejamento orçamentário foi submetida à apreciação da plenária, que deliberou favoravelmente pelo aditivo no valor de R\$64.800,00 na parceria vigente com o Serviço de Obras Sociais. Dando continuidade à pauta, seguiu-se para o ponto 5- Apresentação e deliberação sobre a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, referente ao 1º Quadrimestre de 2026. A servidora Débora Campos Pereira, Diretora de Gestão Administrativa e Financeira iniciou a apresentação da Prestação de Contas referente ao primeiro quadrimestre de 2026. Débora explica que a presente prestação de contas compreende o período de 1º de janeiro a 30 de abril do ano de 2026, e segue com exposição dos valores empenhados e executados no período, começando pelos recursos vinculados ao Bloco de Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único, nessa ação cita que foi empenhado no período R\$609.735,30 para o elemento de despesa subvenção social, destinado a OSC CEPAS que realiza os serviços de operacionalização do Cadastro Único de Londrina. Na sequência apresenta a ação de Estruturação da Proteção Social e Gestão do SUAS, informou que foi recebida emenda parlamentar destinada à aquisição de cinco veículos para a Secretaria de Assistência Social, como o valor da emenda não foi suficiente para a compra de todos os veículos, o município realizou complementação com recursos de fonte livre no valor de R\$ 19.078,14, viabilizando a aquisição dos cinco veículos previstos. Na ação de manutenção dos benefícios e transferências de renda, foram apresentados os seguintes valores executados no período: Restaurante Popular: R\$ 6.462,00; Passagens e despesas com locomoção: R\$ 72.689,00, contemplando atendimentos do Centro POP e cartões de transporte; Outros Auxílios a Pessoas Físicas: R\$10.172.557,50, foi esclarecido que os benefícios executados compreenderam: PMTR e Aux. Natalidade: R\$6.136.006,00; Benefício Eventual Emergencial – BEE modalidade depósito: R\$2.530.586,00; Guarda Subsidiada: R\$179.939,50; Família Acolhedora: R\$216.076,00; Benefício Eventual Emergencial - BEE modalidade Cartão: R\$1.109.950,00. Na mesma ação de Manutenção dos Benefícios, foi apresentado também o Auxílio Funeral no valor

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

174 de R\$935.000,00. Durante a apresentação, a Presidente do CMAS Josiani Nogueira, esclareceu
175 aos conselheiros sobre as diferenças entre os benefícios ofertados pelas esferas Federal, Estadual
176 e Municipal, destacou que todos Benefícios apresentados são concedidos pelo Município de
177 Londrina, distinto dos benefícios Estaduais e Federais. Débora continua com a apresentação da
178 ação relacionada às emendas parlamentares, informa que foram executados recursos provenientes
179 da Emenda da Deputada Carol Dartora, no valor de R\$ 50.000,00 destinados à Guarda Mirim, e
180 da Emenda da Deputada Luísa Canziani, no valor de R\$130.000,00 destinada à Associação
181 Flávia Cristina. Também foi apresentada a execução de emenda destinada à aquisição dos cinco
182 veículos, já vinculada previamente aos serviços da rede socioassistencial. Os veículos serão
183 destinados ao CRAS Centro A, Centro B, CRAS Norte A e Norte B e CRAS Leste. Na ação da
184 Proteção Social Básica, foram apresentados os seguintes valores empenhados: Pagamento de
185 pessoal R\$675,81; Subvenções sociais: R\$5.662.697,76; Material de consumo: R\$ 62.760,68
186 com recursos livres e R\$ 16.403,07 com recursos do Governo Federal; Locação de mão de obra
187 (serviços de limpeza e conservação): R\$ 206.973,82 com recursos livres e R\$ 68.008,49 com
188 recursos federais; Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (energia elétrica, água e esgoto):
189 R\$ 116.244,17 com recursos livres e R\$82.304,75 com recursos Federais; Serviços de tecnologia
190 da informação e internet: R\$ 76.151,31 com recursos livres e R\$ 4.846,59 com recursos Federais;
191 Obrigações tributárias e contributivas: R\$4.572,13 com recursos livres; Despesas de exercícios
192 anteriores: R\$ 260,00 com recursos livres. Débora esclarece que as subvenções sociais
193 correspondem aos repasses realizados às Organizações da Sociedade Civil parceiras da rede
194 socioassistencial. Na ação da Proteção Social Especial, foram apresentados os seguintes valores
195 empenhados: Subvenção Social R\$5.057.471,96 com recursos livres, R\$243.696,00 com
196 recursos estaduais e R\$472.510,11 com recursos Federais. Material de consumo: R\$13.881,84
197 com recursos livres, R\$17.784,55 com recursos Federais e R\$459,32 com recursos Estaduais;
198 Passagens e despesas com locomoção: R\$ 16.002,00 com recursos Estaduais; e para Locação de
199 mão de obra: R\$145.841,92 com recursos livres, R\$40.370,52 com recursos Federais e
200 R\$12.365,18 com recursos Estaduais; Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica: R\$
201 91.905,84 com recursos livres, R\$ 82.124,11 com recursos federais e R\$ 8.427,38 com recursos
202 Estaduais; Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação: R\$ 20.594,16 com recursos

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

203 livres e R\$ 8.427,38 com recursos federais; Obrigações tributárias e contributivas: R\$ 1.892,20
204 com recursos livres; Despesas de exercícios anteriores: R\$ 1.122,00 com recursos livres. Débora
205 também apresentou o demonstrativo dos recursos recebidos na modalidade Fundo a Fundo até
206 30 de abril, cujo montante somam R\$1.546.708,12 da esfera Federal e R\$ 711.000,00 da esfera
207 Estadual, Débora destaca que o valor recebido representa aproximadamente 76% do valor
208 previsto para o período, percentual superior ao recebido no ano anterior, mas ainda abaixo do
209 repasse integral. Ressaltou- que cerca de 98% do financiamento da política municipal de
210 assistência social continua sendo suportado com recursos próprios do Município, devido a
211 insuficiência dos repasses federais e estaduais para manutenção dos serviços. Quanto aos
212 recursos estaduais, Débora, informou o recebimento de duas parcelas no exercício, totalizando
213 aproximadamente R\$ 711.000,00, valor ainda considerado insuficiente frente aos custos dos
214 serviços executados. Na sequência, foram apresentados os dados orçamentários da Secretaria
215 Municipal de Assistência Social, incluindo valor atualizado, saldo atual e saldo necessário para
216 os próximos oito meses. Foi esclarecido questionamento referente à existência de
217 aproximadamente R\$ 11 milhões registrados na dotação de subvenções sociais, Débora informou
218 que tal valor corresponde a uma previsão orçamentária vinculada a projeto apresentado ao
219 Governo do Estado, atualizado para o montante de até R\$ 20 milhões, ainda em análise e sem
220 efetivo ingresso dos recursos financeiros. Foi esclarecido que, caso o recurso seja aprovado, serão
221 realizados os ajustes orçamentários necessários para adequação à finalidade efetivamente
222 aprovada pelo Conselho. Em resposta ao questionamento sobre a execução orçamentária, foi
223 informado que, considerando toda a Secretaria, a execução financeira no primeiro quadrimestre
224 ficou em torno de 27%, percentual impactado também pela implantação do novo sistema
225 contábil, que ocasionou paralisações operacionais temporárias. Na sequência, a presidente
226 Josiani solicitou o parecer da Comissão de Fundo. Ana Beatriz, representando a Comissão,
227 esclareceu que os documentos detalhados referentes à execução orçamentária haviam sido
228 previamente apresentados, analisados e aprovados pela Comissão de Fundo, a qual emitiu parecer
229 favorável à matéria. Na sequência, a Presidente submeteu a prestação de contas à deliberação da
230 plenária, sendo esta aprovada por unanimidade, sem votos contrários ou abstenções. Na
231 sequência o secretário Cláudio abordou o processo de planejamento orçamentário do município,

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

destacando como importante conquista a criação de um Comitê Gestor, instituído por decreto municipal, composto pelas Secretarias Municipais de Planejamento, Saúde, Educação, Assistência Social e Controladoria. Informou que o referido Comitê já iniciou as discussões sobre as necessidades dos serviços públicos para subsidiar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2027, representando um avanço significativo em comparação ao exercício anterior, quando não houve espaço para esse diálogo intersetorial. Ressaltou que o processo atual envolve as principais políticas públicas do município atuando de forma conjunta na defesa das necessidades da população, fortalecendo a construção orçamentária integrada. Destacou ainda que esse resultado é fruto de um trabalho contínuo de articulação institucional realizado nos últimos meses junto à administração municipal. Na oportunidade, foi enfatizada a relevância do papel do CMAS na defesa e fortalecimento da política pública de Assistência Social, considerando a complexidade da área e as dificuldades ainda existentes quanto à compreensão de seu funcionamento, abrangência e responsabilidades. Em seguida passou-se ao ponto 6- Apresentação e deliberação sobre as análises dos Planos de Ação e dos Relatórios de Atividades, visando à manutenção das inscrições das entidades e organizações no CMAS. A Secretaria Executiva lembrou que, conforme normativas vigentes, os serviços, programas, projetos e entidades inscritos no CMAS devem apresentar anualmente, até 30 de abril, o Plano de Ação e o Relatório de Atividades, documentos necessários para a manutenção da inscrição e para o acompanhamento das ofertas socioassistenciais. Na sequência, as conselheiras representantes da Comissão de Acompanhamento, apresentaram o relatório referente as análises dos instrumentos apresentados. Foi informado que atualmente o Conselho possui 64 serviços inscritos e que a análise envolveu avaliação documental e, quando necessário, visitas técnicas. A Comissão registrou que dois serviços protocolaram a documentação fora do prazo estabelecido, sendo o serviço executado pelo CIEE e Serviço de Proteção Social à adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de liberdade assistida (LA) e prestação de serviços à comunidade (PSC). Considerando o descumprimento do prazo previsto nas normativas do Conselho, a Comissão manifestou-se pelo cancelamento das respectivas inscrições. Foram identificadas ainda situações que demandam adequações, resultando na indicação de aprovação com ressalvas para alguns serviços. Entre os casos apresentados, destacaram-se o Serviço Família



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

261 Acolhedora, em razão da inadequação da equipe técnica; o Serviço de Convivência e
262 Fortalecimento de Vínculos da entidade Solidariedade Sempre, devido à divergência entre a
263 oferta executada e os parâmetros da Tipificação Nacional; e o serviço de Defesa de Direitos
264 executado pelo Instituto Inaviva, por não atender aos requisitos mínimos para caracterização
265 como serviço socioassistencial. A Comissão propôs a notificação dos serviços para adequação
266 das pendências no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de cancelamento da inscrição em caso de
267 não regularização. Também foram apontadas vacâncias nas equipes técnicas de serviços
268 governamentais da rede socioassistencial, especialmente nos serviços PAEFI e PAIF, sendo
269 solicitadas justificativas formais acerca da situação apresentada. Em relação aos demais serviços,
270 foi deliberada a manutenção das respectivas inscrições. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada
271 a reunião. Registra-se que a presente ata foi elaborada com base na transcrição da reunião e, eu,
272 Selma Renata Souto, lavrei a presente ata, que deverá ser submetida a aprovação da plenária.